



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Elaboração de Projetos, Termos de Referência e Editais

EDITAL - Pregão Eletrônico nº 90013/2026

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração-SEMAD, através dos Pregoeiros nomeados por ato da autoridade competente, publicado no Diário Oficial do Município de Goiânia, Edição nº 8.774, de 08 de maio de 2026, bem como pelo titular da Pasta, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, em data e horário indicados neste preâmbulo, regida, quanto às normas gerais, pela Lei n.º 14.133/2021 e pela Lei Complementar n.º 123/2006 e, quanto às normas não-gerais, pelo Decreto Municipal nº 963/2022 e Decreto Municipal nº 966/2022, considerando todas as suas alterações e legislação específica.

OBJETO

Aquisição de obras de literatura infantil e infanto-juvenil na temática da educação para as relações étnico-raciais, com o intuito de contemplar as demandas do Programa Escola em Tempo Integral da Rede Municipal de Educação de Goiânia, nos termos das condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos

(Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.)

VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL

R\$ 1.040.888,00, conforme tabela indicativa de itens, no anexo I do TERMO DE REFERÊNCIA.

EXIGÊNCIA DE AMOSTRA/COMPATIBILIDADE	EXIGÊNCIA DE MODELO E/OU MARCA	VEDAÇÃO DE MODELO OU MARCA
NÃO	NÃO	NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO		REQUISITO DE PARTICIPAÇÃO
MENOR PREÇO POR ITEM		HÍBRIDO
SESSÃO PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO		
ENDEREÇO ELETRÔNICO:		www.gov.br/compras/pt-br
CADASTRO DE PROPOSTA ELETRÔNICA A PARTIR DE:		19/06/2026 08h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:		02/07/2026 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)
MODO DE DISPUTA:		ABERTO/FECHADO

UNIDADE SOLICITANTE	PROCESSO ADMINISTRATIVO
Secretaria Municipal de Educação	25.24.000013428-5
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
2026.1750.12.361.0098.2017.33903000.101.526	
ANEXO(S) AO EDITAL	
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA	
CONTATO E ENDEREÇO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL	
ENDEREÇO: Avenida do Cerrado, 999, Bloco C, térreo, Goiânia, Goiás, CEP 74884-900. E-MAIL: semad.gerpre@goiania.go.gov.br .	
<p>SUMÁRIO</p> <p>CAPÍTULO I – DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>CAPÍTULO II – DO CADASTRAMENTO INICIAL DA PROPOSTA</p> <p>CAPÍTULO III – DA SESSÃO PÚBLICA</p> <p>CAPÍTULO IV – DO INÍCIO DA DISPUTA E DO ACOMPANHAMENTO DOS LANCES</p> <p>CAPÍTULO V – DA ETAPA DE LANCES</p> <p>CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS</p> <p>CAPÍTULO VII – DA NEGOCIAÇÃO</p> <p>CAPÍTULO VIII - DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA</p> <p>CAPÍTULO IX – DA HABILITAÇÃO</p> <p>CAPÍTULO X – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA</p> <p>CAPÍTULO XI – DO RECURSO</p> <p>CAPÍTULO XII – DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO</p> <p>CAPÍTULO XIII – DAS PENALIDADES</p> <p>CAPÍTULO XIV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO</p> <p>CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>CAPÍTULO XVI – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018</p> <p>CAPÍTULO XVII – DO FORO</p> <p>ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA</p> <p>ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA</p>	

CAPÍTULO I – DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1.1 Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de *login* e senha particulares e intransferíveis,

os quais devem ser obtidos junto ao Portal de Compras do Governo Federal, observando que:

1.1.1 O credenciamento é realizado exclusivamente de forma digital pelo Portal de Compras do Governo Federal, no endereço www.gov.br/compras/pt-br;

1.1.2 É necessário utilizar um certificado digital emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) para completar o credenciamento;

1.1.3 Ao finalizar o processo, será atribuída à licitante uma chave de identificação e senha, pessoais e intransferíveis, para acesso ao sistema eletrônico do portal.

1.2 A licitante é responsável por verificar a precisão de seus dados cadastrais no SICAF e por mantê-los atualizados, corrigindo ou alterando qualquer informação imediatamente após detectar erros ou desatualizações.

1.3 Responsabilidades e isenções no credenciamento e uso do sistema:

1.3.1 A SEMAD não é unidade cadastradora/credenciadora. Dúvidas devem ser dirigidas à Central de Atendimento do Portal de Compras do Governo Federal;

1.3.2 Não cabe à SEMAD qualquer responsabilidade por eventuais perdas de negócios decorrentes de problemas técnicos ocorridos entre o licitante e o provedor do sistema Compras.gov.br.

1.3.3 É de responsabilidade da licitante:

- a) Credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame.
- b) Remeter nos prazos estabelecidos, exclusivamente via sistema eletrônico, a proposta, os documentos de habilitação e, quando necessário, os documentos complementares.
- c) A veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento licitatório e da consequente contratação, sob as penas da lei.
- d) Todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.
- e) Acompanhar a sessão pública do Pregão em todas as suas fases e etapas, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de prazos e/ou negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens/avisos/publicidades emitidas pelo agente de contratação ou equipe de apoio ou diante de sua desconexão do sistema.
- f) Todos os eventuais custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta e demais documentações exigidas em razão da presente licitação.
- g) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

1.4 Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo do objeto contratado, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

1.5 Não poderão disputar esta licitação os interessados que se enquadrem em quaisquer das seguintes situações:

- 1.5.1** Não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 1.5.2** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 1.5.3** Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 1.5.4** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, direta ou indiretamente, inclusive na fase de execução contratual, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria., conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5.4.1.** A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica
- 1.5.5** Estejam elencados no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:
- 1.5.5.1.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta:
- a)** Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital;
 - b)** Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Goiânia;
 - c)** Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Goiânia;
 - d)** Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.
- 1.5.5.2.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 1.5.5.3.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- 1.5.5.4.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 1.5.6** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 1.5.7** Encontrem-se em processo dissolução ou liquidação;
- 1.5.8** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.
- 1.6** Todos os documentos exigidos na presente licitação devem estar em nome da empresa licitante (salvo aqueles que, por sua natureza, se referirem ao objeto licitado em si) e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente ou por esta Prefeitura Municipal de Goiânia, quando for o caso.

1.7 As publicações, avisos e mensagens inerentes ao presente certame ocorrerão nos seguintes meios, conforme o caso de acordo com a legislação pertinente:

- a) Diário Oficial Eletrônico do Município de Goiânia, consultado através do sítio <https://www.goiania.go.gov.br/>;
- b) No sítio desta Prefeitura, pelo endereço https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/;
- c) No sistema eletrônico de licitações provido pelo Governo Federal, pelo endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>, através dos avisos inseridos para este certame, vinculado à **UASG 926748**.
- d) Jornal diário de grande circulação.

1.8 Será considerada mera faculdade da Secretaria Municipal de Administração o encaminhamento de informações complementares às licitantes, seja por e-mail, telefone ou postal.

1.9 Quaisquer interessados neste pregão poderão adquirir gratuitamente o edital nos portais indicados nas alíneas b e c do item 1.7 deste edital, bem como no [Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP](#).

1.10 A ausência de envio integral das documentações requeridas à licitante a cada fase do certame implicará na sua desclassificação ou inabilitação, conforme o caso, resguardadas as situações em que for cabível a realização de diligências conforme hipóteses previstas neste edital.

1.11 A Plataforma COMPRAS GOVERNAMENTAIS disponibiliza página para esclarecimento das licitantes acerca do cadastramento e do uso do sistema eletrônico de licitações, através do endereço: [Fornecedor — Portal de Compras do Governo Federal \(www.gov.br\)](#)

CAPÍTULO II – DO CADASTRAMENTO INICIAL DA PROPOSTA

2.1 Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

2.2 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

2.3 A licitante deverá **preencher**, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **declarações**:

2.3.1 De condições de participação:

- a) Sobre ciência do edital;
- b) Sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

2.3.2 Para fins de habilitação:

- a) Sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
- b) Sobre inexistência de impedimento à habilitação;
- c) Sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

- d) Sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) Sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;
- f) Sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante.

2.4 A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

2.5 Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

2.6 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

2.7 O cadastramento inicial da proposta de preços de cada licitante **se restringe ao preenchimento do formulário eletrônico em sistema**, vedada a identificação da proponente ou do seu representante legal, sob pena de desclassificação.

2.8 Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, sob pena de desclassificação, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital, como:

2.8.1 Valor unitário e total do item

2.8.1.1 O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver.

2.8.1.2 Se houver custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

2.9 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

2.9.1 O licitante deverá estar ciente que a marca e o modelo indicados em proposta de preços ajustada deverão ser iguais àqueles originalmente cadastrados em sistema antes da disputa eletrônica, sob pena de desclassificação.

2.9.2 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

2.9.3 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

2.10 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 2.11** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 2.12** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 2.13** Independentemente do percentual de tributo indicado, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 2.14** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 2.15** Os licitantes devem respeitar os preços unitários e totais máximos estabelecidos neste edital.
- 2.16** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 2.17** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 2.18** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 2.19** Após o início da sessão pública, não cabe mais a desistência da(s) proposta(s) ofertada(s) em sistema, nem a inclusão, substituição ou retirada de arquivos.

CAPÍTULO III – DA SESSÃO PÚBLICA

- 3.1** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo agente de contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 3.2** Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 3.3** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 3.4** Se ocorrer a desconexão do agente de contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 3.5** No caso de a desconexão do agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 3.6** O agente de contratação poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da

suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO IV – DO INÍCIO DA DISPUTA E DO ACOMPANHAMENTO DOS LANCES

4.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento.

CAPÍTULO V – DA ETAPA DE LANCES

5.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.4 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *1% (um por cento)*.

5.6 O licitante poderá, uma **única vez**, **excluir seu último lance ofertado**, no intervalo de **quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.7 A fase de lances deste Pregão será processada pelo **modo de disputa “aberto e fechado”** no qual, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.7.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.7.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.7.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.8 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 5.10** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.11** No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.12** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.13** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.14** Empatadas as propostas iniciais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada, aplica-se sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo [Decreto Municipal 2.469/2024](#).
- 5.14.1** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

- 6.1** Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 46 da Lei nº Complementar nº 123/2006, **salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021**.
- 6.2** Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.
- 6.3** Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.3.1** Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 6.3.1.1** A microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;
- 6.3.1.2** Não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 6.3.1.3** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

6.4 Caso seja constatado, de ofício ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, o Agente de contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

6.5 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas contratações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VII – DA NEGOCIAÇÃO

7.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.3 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

7.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes, através do CHAT de mensagens, que fará parte dos autos do processo licitatório através da juntada do Termo de Julgamento.

7.5 Após a negociação do preço, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VIII - DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 1.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Lista dos impedidos de licitar e contratar, mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 8.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6 deste edital.
- 8.5** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores unitários e globais máximos estipulados para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.6** O agente de contratação solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II deste Edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.
- 8.6.1** O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de contratação, por igual período, mediante solicitação formal e justificada de prorrogação por parte da licitante.
- 8.6.1.1** Preço final expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver;
- 8.6.2** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo agente de contratação.
- 8.6.3** As propostas terão validade de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.
- 8.6.3.1** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 8.7** Será desclassificada a proposta que:
- 8.7.1** Contiver vícios insanáveis;
- 8.7.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5** Apresentar indicativo de alternativa(s) de modelo, marca (fabricante) e/ou de preço;
- 8.7.6** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8** O agente de contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.
- 8.9** Havendo falhas na proposta, o agente de contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.10** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, o agente de contratação deverá assegurar à licitante a

oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

8.11 Nos bens comuns, será considerado indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.11.1 A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo agente de contratação, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

CAPÍTULO IX – DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos **neste edital e no Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. As empresas Licitantes deverão apresentar os documentos especificados a seguir:

- I - Documentação relativa à habilitação jurídica;
- II - Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;
- III - Documentação relativa à qualificação econômica e financeira;
- IV - Documentação relativa à qualificação técnica;
- V - Documentação complementar solicitada no Edital.

9.3.1 A HABILITAÇÃO JURÍDICA deverá ser apresentada conforme o enquadramento legal da empresa, consistindo em:

- a) **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:**

ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado - ou o original com todas as suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- d) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) **No caso de ser a participante filial, sucursal ou agência:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- f) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização.

9.3.2 A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA deverá ser comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos/certidões:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.**
- b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal ou Estadual,** relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.
- c) **Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal,** do domicílio ou sede da licitante.
- d) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal,** inclusive INSS.
- e) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),** mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.
- f) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.**
- g) **Prova de regularidade fiscal perante o Município de Goiânia,** por meio da apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do art. 108 do Código Tributário Municipal.

9.3.3 A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA deverá ser comprovada mediante apresentação dos documentos exigidos no **item 20.3 do Termo de Referência**, ANEXO I deste edital.

DEMAIS REGRAMENTOS

9.4 Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação, até a conclusão da fase de habilitação.

9.4.1 O prazo para envio dos documentos de que trata o item 9.4 é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.4.2 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de contratação.

9.4.3 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.5 A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

9.5.1 Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Agente de contratação, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

9.5.1.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Gerência de Pregões, no prazo estipulado pelo Agente de contratação.

9.6 Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação de que trata o item 9.4, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos de habilitação, ressalvada a possibilidade de realização de diligência, mediante decisão fundamentada do agente de contratação, destinada exclusivamente a:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Permitir a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e
- c) A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

9.7 Para apresentação de documentos complementares ou substitutivos, conforme previsto no item anterior, o pregoeiro convocará a licitante para o encaminhamento da respectiva documentação por meio do campo próprio de “anexos” do sistema eletrônico, observadas as seguintes condições:

9.7.1 O prazo para envio da documentação será de, no mínimo, **02 (duas) horas**, contado da convocação realizada no sistema eletrônico, podendo ser **prorrogado de forma motivada pelo Agente de Contratação**, conforme as circunstâncias do caso concreto, ou mediante **solicitação formal e justificada da licitante**.

9.7.2 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será computado o tempo de suspensão da sessão eventualmente realizada pelo agente de contratação.

9.7.3 O não envio da documentação complementar no prazo estabelecido, ou após eventual prorrogação concedida, implicará a **inabilitação da licitante**, sem prejuízo da **apuração de eventual infração administrativa**, nos termos deste edital e da Lei nº 14.133/2021.

9.8 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

9.8.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

9.8.2 Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

9.9 Para fins de verificação das condições de habilitação, o agente de contratação poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

9.10 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

9.10.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.11 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

9.11.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO X – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

10.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

10.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XI – DO RECURSO

11.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

11.1.1 O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma [Compras.gov.br](https://compras.gov.br).

11.1.2 Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 11.1.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.1.3 Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 11.1.2.

11.2 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

11.2.1 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

11.3 O agente de contratação poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 3 dias úteis e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à Autoridade Superior para julgamento do recurso, o

qual deve proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento dos autos, nos termos do §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.4 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CAPÍTULO XII – DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

12.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.1.3 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

CAPÍTULO XIII – DAS PENALIDADES

13.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 966/2022, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, seguindo o rito da Lei Municipal n.º 9.861/2016, resguardado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

13.2 A aplicação das sanções previstas em lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública municipal direta e indireta.

13.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Decreto Municipal nº 966/2022 as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1 advertência;

13.3.2 multa;

13.3.3 impedimento de licitar e contratar; e

13.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.4.2 As peculiaridades do caso concreto;

13.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.4.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

13.4.5 A situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

13.5 A advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

13.5.1 Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

13.5.2 Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

13.5.3 Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

13.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, nos seguintes casos:

13.6.1 Inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.6.2 Inexecução total do contrato nas hipóteses:

13.6.2.1 Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

13.6.2.2 Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

13.6.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de contratação durante o certame;

13.6.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.6.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

13.6.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.7 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- 13.7.1** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.7.2** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.7.3** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.7.3.1** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.7.3.2** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.7.3.3** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.7.4** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou
- 13.7.5** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.8** A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, conforme abaixo:
- 13.8.1** Para as infrações previstas nos **itens 13.6.3, 13.6.4 e 13.6.5**, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 13.8.2** Para as infrações previstas nos **itens 13.7.1, 13.7.2 e 13.7.3**, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 13.9** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.10** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.11** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 13.7.1, 13.7.2 e 13.7.3**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.6.3, 13.6.4 e 13.6.5**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 966/2022.
- 13.13** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 13.14** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.15** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.16** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 13.17** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e site https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/.
- 13.18** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

CAPÍTULO XIV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1** Qualquer pessoa ou licitante poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão, ou solicitar **esclarecimentos** acerca dos seus termos e condições, no prazo de até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 14.1.1** A petição deverá ser dirigida ao agente de contratação responsável pela condução do certame, podendo ser encaminhada na forma eletrônica, através do e-mail indicado na capa deste edital, até as 23:59h do último dia do prazo.
- 14.1.2** O interessado deverá enviar o arquivo da petição por e-mail, em formato editável (ex.: Microsoft Word, LibreOffice etc.) ou em PDF não bloqueado para cópia, a fim de possibilitar a(o) agente de contratação inserir os dados no Portal de Compras do Governo Federal, sítio www.gov.br/compras/pt-br.
- 14.2** As impugnações e pedidos de esclarecimento deverão ser datados e assinados pelo postulante ou pelo seu representante legal, sob pena de não conhecimento.
- 14.3** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao agente de contratação decidir no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 14.3.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e somente ocorrerá mediante decisão motivada pelo(a) agente de contratação(a) nos autos do processo de licitação.
- 14.3.2** O agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e suas respostas vincularão os participantes e a Administração.
- 14.3.3** O pedido de impugnação e/ou de esclarecimento deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes requisitos, **sob pena de não conhecimento**:

14.3.3.1 Para subscritor pessoa física:

- a) Identificação do postulante, com indicação de nome completo e número de cadastro junto ao CPF/RFB;
- b) Indicação de cláusula(s)/item(ns) editalício(s) sobre o(s) qual(ais) se refira o esclarecimento.

14.3.3.2 Para subscritor pessoa jurídica:

- a) Qualificação do postulante, com indicação de razão social e número de cadastro junto ao CNPJ/RFB;
- b) Nome completo e número de cadastro junto ao CPF/RFB do representante legal;
- c) Indicação de cláusula(s)/item(ns) editalício(s) sobre o(s) qual(ais) se refira o esclarecimento.

14.4 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas em meio eletrônico, através do Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Goiânia, no endereço https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/ (opção de banner PREGÃO e conforme o número deste edital) e do Portal de Compras do Governo Federal, sítio www.gov.br/compras/pt-br (UASG **926748** e conforme o número deste edital).

14.5 Qualquer modificação no edital será divulgada pelo(s) mesmo(s) instrumento(s) de publicação original(ais), com consequente reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O sistema emitirá termo de julgamento, por item, ao final da sessão.

15.2 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

15.3 É facultado ao agente de contratação, à autoridade a ele superior e às áreas técnicas competentes da Secretaria Municipal de Administração, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.3.1 Fica facultado à SEMAD, através da área técnica competente, realizar diligências técnicas necessárias à validação das documentações, declarações e/ou informações ofertadas em quaisquer das fases da licitação e/ou contratação, inclusive junto ao(s) fabricante(s), quando for o caso.

15.3.2 A invalidação de quaisquer documentações, declarações e/ou informações, pela área técnica, implicará na exclusão do licitante/adjudicatário do procedimento licitatório, de acordo com a fase em que este se encontrar (aceitação da proposta, habilitação ou contratação).

15.4 O pregão poderá ser suspenso temporariamente pelo(a) agente de contratação, quantas vezes forem necessárias, desde que conferida prévia comunicação às licitantes mediante publicidade no sítio eletrônico desta Prefeitura https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/ (opção de banner PREGÃO e conforme o número deste edital) e no Compras.gov.br.

15.5 O(s) proponente(s) intimado(s) para prestar quaisquer esclarecimentos ou realizar quaisquer diligências adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) agente de contratação, sob pena de

desclassificação/inabilitação.

15.6 A homologação do resultado da presente licitação não vincula uma subsequente contratação, podendo a Instituição revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, ou anula-lo, por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, publicando o resumo da decisão no Diário Oficial do Município de Goiânia, para conhecimento amplo dos participantes da licitação.

15.7 Os casos omissos que porventura forem detectados neste Edital serão resolvidos pelo Agente de contratação, com base na legislação em vigor.

15.8 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

CAPÍTULO XVI – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

16.1 É vedada à SEMAD e ao licitante vencedor a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal,

16.2 O Licitante vencedor declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela SEMAD.

16.3 O licitante vencedor fica obrigado a comunicar à SEMAD, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

16.4 O licitante vencedor cooperará com a Secretaria Municipal de Administração no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

16.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato.

CAPÍTULO XVII – DO FORO

17.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Goiânia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

RUTY MARIA DOS SANTOS

Gerente de Pregões

ADONIDIO NETO VIEIRA JUNIOR

Secretário Municipal de Administração Interino

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a futura aquisição de obras de literatura infantil e infanto-juvenil na temática da educação para as relações étnico-raciais, com o intuito de contemplar as demandas do Programa Escola em Tempo Integral da Rede Municipal de Educação de Goiânia., conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo.

1.1.2. A demanda constitui-se devido às prerrogativas do Programa Escola em Tempo Integral, criado pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023.

1.1.3 . A futura aquisição será feita com fulcro na Lei Nº 14.133 de 2021.

1.1.4. Além das exigências aqui especificadas, os materiais deverão estar de acordo com as Normas, Portarias e Instruções Técnicas vigentes dentro do Território Nacional.

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

Item	Unid.	Quant. Ampla Concorrência	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	unid	1380	Livro literário Coisas de Índio - Versão Infantil Autor: Daniel Munduruku Editora Callis 56 páginas	R\$ 54,90	R\$ 75.762,00
Item	Unid.	Quant. Cota Reservada para ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
2	unid	460	Livro literário Coisas de Índio - Versão Infantil Autor: Daniel Munduruku Editora Callis 56 páginas	R\$ 54,90	R\$ 25.254,00
Item	Unid.	Quant. Ampla Concorrência	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
3	unid	1380	Livro literário Kunumi Guarani Autor: Werá Jeguaka Mirim Editora Panda Books 24 páginas	R\$ 70,56	R\$ 97.372,80
Item	Unid.	Quant. Cota Reservada para ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
4	unid	460	Livro literário Kunumi Guarani Autor: Werá Jeguaka Mirim Editora Panda Books 24 páginas	R\$ 70,56	R\$ 32.457,60

Item	Unid.	Quant. Ampla Concorrência	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
5	unid	1380	Livro literário Kabá Darebu Autor: Daniel Munduruku Editora Brinque Book 28 páginas	R\$ 65,41	R\$ 90.265,80
Item	Unid.	Quant. Cota Reservada para ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
6	unid	460	Livro literário Kabá Darebu Autor: Daniel Munduruku Editora Brinque Book 28 páginas	R\$ 65,41	R\$ 30.088,60
Item	Unid.	Quant. Ampla Concorrência	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
7	unid	1380	Livro literário Meu crespo é de rainha Autora: bell hooks Editora Boitatá 32 páginas	R\$ 55,00	R\$ 75.900,00
Item	Unid.	Quant. Cota Reservada para ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
8	unid	460	Livro literário Meu crespo é de rainha Autora: bell hooks Editora Boitatá 32 páginas	R\$ 55,00	R\$ 25.300,00
Item	Unid.	Quant. Ampla Concorrência	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
9	unid	1380	Livro literário O pequeno príncipe preto Autor: Rodrigo França Editora Nova Fronteira 32 páginas	R\$ 68,23	R\$ 94.157,40
Item	Unid.	Quant. Cota Reservada para ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
10	unid	460	Livro literário O pequeno príncipe preto Autor: Rodrigo França Editora Nova Fronteira 32 páginas	R\$ 68,23	R\$ 31.385,80
Item	Unid.	Quant. Ampla Concorrência	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
11	unid	1380	Livro literário Amor de Cabelo Autor: Matthew A. Cherry Editora Galerinha	R\$ 79,90	R\$ 110.262,00

			32 páginas		
Item	Unid.	Quant. Cota Reservada para ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
12	unid	460	Livro literário Amor de Cabelo Autor: Matthew A. Cherry Editora Galerinha 32 páginas	R\$ 79,90	R\$ 36.754,00
Item	Unid.	Quant. Ampla Concorrência	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
13	unid	1380	Livro literário Obax Autor: André Neves Editora Brinque Book 36 páginas	R\$ 65,90	R\$ 90.942,00
Item	Unid.	Quant. Cota Reservada para ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
14	unid	460	Livro literário Obax Autor: André Neves Editora Brinque Book 36 páginas	R\$ 65,90	R\$ 30.314,00
Item	Unid.	Quant. Ampla Concorrência	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
15	unid	1380	Livro literário O Saci verdadeiro Autor: Olívio Jekupé Editora Panda Books 32 páginas	R\$ 65,90	R\$ 90.942,00
Item	Unid.	Quant. Cota Reservada para ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
16	unid	460	Livro literário O Saci verdadeiro Autor: Olívio Jekupé Editora Panda Books 32 páginas	R\$ 65,90	R\$ 30.314,00
Item	Unid.	Qtde Exclusiva p/ ME/EPP	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
17	unid	1840	Livro literário Infância na Aldeia Autora: Márcia Wayna Kambeba Editora Ciranda na Escola 32 páginas	R\$ 39,90	R\$ 73.416,00

3. DA ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, NATUREZA E FONTE DO RECURSO

3.1. O valor referencial total estimado para a futura aquisição é de R\$ R\$ 1.040.888,00 (um milhão, quarenta mil oitocentos e oitenta e oito reais) com base no cálculo da média de preços com duas casas decimais.

3.2. O valor foi apurado com base em pesquisa de sítios de internet e fornecedores.

3.3. O recurso para realização de despesa ocorrerá dentro da dotação orçamentária: **2026.1750.12.361.0098.2017.33903000 - 101 - 526 1500 1001**

3.4. A Natureza da Despesa é de material de consumo –33903000

3.5. A futura aquisição visa garantir economicidade aos cofres públicos, poupando os recursos humanos e financeiros deste Município, visando melhor custo-benefício, quando da disputa, sendo analisado preços que demonstrem a realidade do mercado, alocando somente aquisições necessárias e indispensáveis.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21, cabendo a modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento Menor Preço, em conformidade com a referida Lei.

5. VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. Nos termos do artigo 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação será formalizada por meio de **nota de empenho de despesa**, documento que substitui o instrumento contratual e é suficiente para assegurar tanto a execução quanto o pagamento do objeto.

5.1.1. Considerando que a presente contratação será formalizada por meio de **nota de empenho de despesa** e não envolve obrigações futuras, **fica dispensada a exigência de garantia contratual**.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e descrição dos levantamentos para a aquisição dos itens solicitados, conforme a solução mais adequada que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar, no mercado, a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da aquisição pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

6.2. Constitui objeto deste Termo, a aquisição dos itens solicitados neste processo, conforme as prerrogativas do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023 e normatizado pelos documentos Portaria nº 1.495, de 02 de agosto de 2023; Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023; e Manual de Execução Financeira do Programa Escola em Tempo Integral.

6.3. O Programa é uma iniciativa do Ministério da Educação e tem como objetivo incentivar a criação de matrículas em tempo integral, bem como a realização de adequações nas unidades educacionais para o atendimento de crianças e estudantes, por meio do repasse de recursos financeiros às Secretarias de Educação estaduais e municipais.

6.4. A constituição do Programa Escola em Tempo Integral visa o atendimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação (vigência 2024-2034), que preconiza a oferta da educação em tempo integral em no mínimo 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) estudantes da educação básica.

6.5. A Secretaria Municipal de Educação de Goiânia pactuou junto ao Ministério de Educação, via Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), a criação de 2.131 matrículas em tempo integral no biênio 2023/2024.

6.6. As unidades educacionais participantes, listadas abaixo, criaram matrículas em tempo integral no biênio 2023/2024:

6.6.1. EMTI ROTARY CLUB DE GOIANIA

6.6.2. EM PROFª MARIA NOSIDIA PALMEIRAS DAS NEVES

6.6.3. EM TARGINO DE AGUIAR

6.6.4. EM VILA ROSA

6.6.5. EM PROF LOURENÇO FERREIRA CAMPOS

6.6.6. EMTI JUSCELINO KUBITSCHKE

6.6.7. EM GO 04

- 6.6.8. EM MARECHAL RIBAS JÚNIOR
- 6.6.9. EM PAULO TEIXEIRA DE MENDONÇA
- 6.6.10. EM ANA DAS NEVES DE FREITAS
- 6.6.11. EMTI PRESIDENTE DUTRA
- 6.6.12. EM OSTERNO POTENCIANO E SILVA
- 6.6.13. EM PROFª MARIA CAMARGO
- 6.6.14. EM ALONSO DIAS PINHEIRO
- 6.6.15. EM JOSÉ CARLOS PIMENTA
- 6.6.16. EM GEORGETA RIVALINO DUARTE
- 6.6.17. EMTI EUNICE WEAVER
- 6.6.18. EM MOISÉS SANTANA
- 6.6.19. EM SANTA TEREZINHA
- 6.6.20. EM PROFª LOUSINHA
- 6.6.21. EM FREI DEMÉTRIO ZANQUETA
- 6.6.22. EM FREI NAZARENO CONFALONI
- 6.6.23. EM JOAQUIM CÂMARA FILHO
- 6.6.24. EM JARBAS JAYME
- 6.6.25. EMTI SETOR GRAJAU
- 6.6.26. EM SEBASTIÃO ARANTES
- 6.6.27. EM STEPHANIA ALVES BISPO
- 6.6.28. EMTI PROFª MARLEI GARCIA
- 6.6.29. EM BENEDITO SOARES DE CASTRO
- 6.6.30. EMTI JARDIM NOVO MUNDO
- 6.6.31. EM DONA BELINHA
- 6.6.32. EM SANTO ANTONIO
- 6.6.33. EM ABRÃO RASSI
- 6.6.34. EM SANTA RITA DE CÁSSIA
- 6.6.35. EM FRANCISCO BIBIANO DE CARVALHO
- 6.6.36. EM LIONS CLUBE DE GOIÂNIA TOCANTINS
- 6.6.37. EM MÔNICA DE CASTRO CARNEIRO
- 6.6.38. EM REGINA HELOU
- 6.6.39. EMTI SANTA MARTA
- 6.6.40. EM ZEVEIRA ANDREA VECCI
- 6.6.41. EM MARIA GENOVEVA
- 6.6.42. EM MARIA ARAÚJO DE FREITAS
- 6.6.43. EMTI JARDIM DAS AROEIRAS
- 6.6.44. EMTI RUI RODRIGUES
- 6.6.45. EMTI PROFESSORA SILENE DE ANDRADE
- 6.6.46. EMTI JOÃO CRISÓSTOMO ROSA

6.7. Foram realizadas visitas técnicas nas unidades educacionais e, a partir destas, estabelecidas as prioridades a serem contempladas pelo Programa, visando atender todas as instituições de atendimento em tempo integral. Dentre as prioridades identificadas, considerou-se as necessidades referentes à melhoria da qualidade do ensino das crianças e estudantes, bem como a redução das desigualdades nos índices de aprendizagem entre estudantes brancos e negros, conforme Parecer Pedagógico nº 040/2025-DIRPED (7942703), elaborado pela Gerência de Educação Fundamental da Infância e da Adolescência, em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, juntado aos autos do processo. Entende-se como condição para a qualidade do ensino o acesso democrático aos recursos pedagógicos, culturais, artísticos, esportivos e tecnológicos a serem disponibilizados aos estudantes no ambiente educacional em tempo integral.

6.8. É parte das prerrogativas da Educação em Tempo Integral o desenvolvimento de propostas pedagógicas diversificadas, para além dos conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular para Goiás-Ampliado (DCGO-Ampliado). Dentre os conteúdos a serem desenvolvidos nas Escolas de Tempo

Integral da Rede Municipal de Educação de Goiânia, destaca-se o desenvolvimento de ações educativas que perpassem por experiências artísticas e esportivas, que abordem os direitos humanos, a educação ambiental, dentre outras.

6.9. A educação em tempo integral não se limita à ampliação do tempo em que os estudantes permanecem na escola. Para contemplar seu caráter de integralidade, é necessário que as unidades educacionais sejam estruturadas a partir de uma perspectiva que integre as múltiplas dimensões do sujeito. A aquisição de recursos materiais é essencial para garantir que as EMTI ofereçam atividades que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes, sobretudo, as de caráter lúdico, artístico e que promovam a cidadania e o enfrentamento ao racismo. Além das aulas previstas nos componentes curriculares do Núcleo Comum e do Núcleo Diversificado, a aquisição das obras literárias promoverá a realização de ações pedagógicas que integrem os estudantes e seus familiares, por meio da realização de práticas de leitura, saraus e murais de leitura.

6.10. Tendo em vista o recurso financeiro disponível apresenta-se neste processo as aquisições necessárias para o atendimento das demandas do Programa. As obras literárias serão encaminhadas às Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), conforme a quantidade de Escolas em Tempo Integral vinculadas às mesmas e posteriormente, as CREs realizarão a distribuição às escolas, assegurando a quantidade de 40 (quarenta) exemplares de cada título. Conforme cronograma de distribuição abaixo especificado:

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO CENTRAL	
Endereço: R. 227-A, 331 - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74610-155	
Escolas em Tempo Integral a serem contempladas	
1	EM Benedito Soares Castro
2	EMTI Jardim das Aroeiras
3	EMTI Jardim Novo Mundo
4	EM Lions Clube GO/TO
5	EM Maria Genoveva
6	EM Mônica de Castro Carneiro
7	EM Paulo Teixeira de Mendonça
8	EMTI Presidente Dutra
9	EM Profª. Silene de Andrade
10	EMTI Rotary Club de Goiânia
11	EMTI Rui Rodrigues
12	EMTI Santa Marta

13	EM Santo Antônio
14	Escola João Crisóstomo Rosa
15	EM Professor Lourenço Ferreira Campos

QUANTIDADE DE EXEMPLARES (POR TÍTULO) A SER ENTREGUE NA CRE

Unid.	QUANT	TÍTULO
Unid.	600	Livro literário Coisas de Índio
Unid.	600	Livro literário Kunumi Guarani
Unid.	600	Livro literário Kabá Darebu
Unid.	600	Livro literário Meu crespo é de rainha
Unid.	600	Livro literário O pequeno príncipe preto
Unid.	600	Livro literário Amor de Cabelo
Unid.	600	Livro literário Obax
Unid.	600	Livro literário O Saci verdadeiro
Unid.	600	Livro literário Infância na aldeia

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BRASIL DE RAMOS CAIADO

Endereço: R. Prof. Lázaro Costa, 967 - Cidade Jardim, Goiânia - GO, 74423-165

Escolas em Tempo Integral a serem contempladas

1	EM GO-04
2	EM Moisés Santana
3	EM Stephania Alves Bispo

QUANTIDADE DE EXEMPLARES (POR TÍTULO) A SER ENTREGUE NA CRE

Unid.	QUANT	TÍTULO

Unid.	120	Livro literário Coisas de Índio
Unid.	120	Livro literário Kunumi Guarani
Unid.	120	Livro literário Kabá Darebu
Unid.	120	Livro literário Meu crespo é de rainha
Unid.	120	Livro literário O pequeno príncipe preto
Unid.	120	Livro literário Amor de Cabelo
Unid.	120	Livro literário Obax
Unid.	120	Livro literário O Saci verdadeiro
Unid.	120	Livro literário Infância na aldeia

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO MARIA THOMÉ NETO

Endereço: R. C-165, Qd.588, Lt. APM – Bairro Nova Suíça, Goiânia - GO – CEP:74.275-170

Escolas em Tempo Integral a serem contempladas

1	EM Ana das Neves de Freitas
2	EMTI Juscelino Kubitscheck
3	EM Frei Demetrio Zangueta
4	EM Marechal Ribas Júnior
5	EM Maria Araújo de Freitas
6	EM Profª Maria Camargo
7	EM Santa Rita de Cássia
8	EM Sebastião Arantes
9	EM Vila Rosa
10	EM Zevera Andrea Vecchi

QUANTIDADE DE EXEMPLARES (POR TÍTULO) A SER ENTREGUE NA CRE		
Unid.	QUANT	TÍTULO
Unid.	400	Livro literário Coisas de Índio
Unid.	400	Livro literário Kunumi Guarani
Unid.	400	Livro literário Kabá Darebu
Unid.	400	Livro literário Meu crespo é de rainha
Unid.	400	Livro literário O pequeno príncipe preto
Unid.	400	Livro literário Amor de Cabelo
Unid.	400	Livro literário Obax
Unid.	400	Livro literário O Saci verdadeiro
Unid.	400	Livro literário Infância na aldeia

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO JARBAS JAYME		
Endereço: R. C-75, QD. APM, Lt. APM, St. Sudoeste, Goiânia – GO - CEP:74.303-020		
Escolas em Tempo Integral a serem contempladas		
1	EM Abrão Rassi	
2	EM Georgeta Rivalino Duarte	
3	EM Jarbas Jayme	
4	EM Joaquim Câmara Filho	
5	EM Osterno Potenciano e Silva	
6	EMTI Setor Grajaú	
7	EM Targino de Aguiar	
QUANTIDADE DE EXEMPLARES (POR TÍTULO) A SER ENTREGUE NA CRE		

Unid.	QUANT	TÍTULO
Unid.	280	Livro literário Coisas de Índio
Unid.	280	Livro literário Kunumi Guarani
Unid.	280	Livro literário Kabá Darebu
Unid.	280	Livro literário Meu crespô é de rainha
Unid.	280	Livro literário O pequeno príncipe preto
Unid.	280	Livro literário Amor de Cabelo
Unid.	280	Livro literário Obax
Unid.	280	Livro literário O Saci verdadeiro
Unid.	280	Livro literário Infância na aldeia

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO MARIA HELENA BATISTA BRETAS

Endereço: Av. Goiás Norte, Q. 68, Lt.01 – Setor Urias Magalhães, Goiânia - GO – CEP:74.565-250

Escolas em Tempo Integral a serem contempladas

1	EMTI Alonso Dias Pinheiro
2	EMTI Dona Belinha
3	EMTI Marlei Garcia
4	EMTI Francisco Bibiano
5	EMTI José Carlos Pimenta
6	EMTI Profª Maria Nosídia Palmeiras das Neves
7	EMTI Professora Lousinha
8	EMTI Regina Helou
9	EMTI Santa Terezinha

10	EMTI Eunice Weaver	
11	EMTI Setor Grajaú	
QUANTIDADE DE EXEMPLARES (POR TÍTULO) A SER ENTREGUE NA CRE		
Unid.	QUANT	TÍTULO
Unid.	440	Livro literário Coisas de Índio
Unid.	440	Livro literário Kunumi Guarani
Unid.	440	Livro literário Kabá Darebu
Unid.	440	Livro literário Meu crespo é de rainha
Unid.	440	Livro literário O pequeno príncipe preto
Unid.	440	Livro literário Amor de Cabelo
Unid.	440	Livro literário Obax
Unid.	440	Livro literário O Saci verdadeiro
Unid.	440	Livro literário Infância na aldeia

6.12. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do artigo 40º da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

6.13. A adjudicação do Pregão será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo em etapas de acordo com a solicitação da Contratante, conforme Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU).

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. O levantamento de mercado foi feito conforme orientações da lei de licitação 14.133, de 01 de abril de 2021.

7.2. A pesquisa de preços foi feita com empresas especializadas no setor considerando a qualidade, disponibilidade e o menor valor dos produtos a serem adquiridos.

7.3. Analisando as alternativas disponíveis, e considerando que há viabilidade técnica e econômica para os serviços pretendidos, pois possuem diversos fornecedores no mercado, solicita-se providências às instâncias competentes para a definição dos procedimentos mais adequados para a aquisição dos itens supracitados, priorizando sempre a qualidade, pontualidade e comprometimento com a instituição.

7.4. Considerou-se que, tendo em vista a durabilidade dos itens mencionados, bem como os objetivos do Programa Escola em Tempo Integral, que consiste no estabelecimento de medidas que atribuam qualidade educacional em caráter permanente, e não temporário, apresentou-se como solução mais viável a compra

dos itens, e não a sua locação ou realização de comodato.

7.5 Outrossim, o recurso disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, destinado ao Programa Escola em Tempo Integral é de caráter intermitente, não sendo assegurada a continuidade dos repasses, bem como os mesmos montantes em anos vindouros, inviabilizando, assim, qualquer forma de locação ou comodato dos itens solicitados.

7.6. Com a contratação dos serviços pretende-se alcançar os seguintes resultados:

7.6.1 Contemplar as demandas do Programa Escola em Tempo Integral, no sentido de ampliar a quantidade de matrículas nesta forma de atendimento na Rede Municipal de Educação de Goiânia.

7.6.2 Ampliar a qualidade de ensino nas Unidades Educacionais supracitadas

7.6.3 Melhorar os índices de aprendizagem de 2.131 estudantes atendidos em tempo integral

7.6.4 Aprimoramento das ações de caráter pedagógico e artístico-cultural desenvolvidas nas unidades educacionais.

7.6.5 Possibilitar às unidades educacionais contempladas a realização de eventos e demais ações pedagógicas que potencializem o desenvolvimento intelectual, artístico, cultural e esportivo dos estudantes.

7.7 Uma vez realizados os pedidos, a empresa tem uma data máxima para a entrega imediata e integral. Quando recebidos os produtos, o fiscal realiza a conferência do pedido e o atesta/contesta na Nota Fiscal. Caso haja intercorrência, a empresa possui um prazo máximo para a correção da situação.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 A execução do objeto da contratação se dará em conformidade com os requisitos mínimos e indispensáveis, observando as especificações e características estabelecidas nas cláusulas, condições, garantias, obrigações e responsabilidades das partes, conforme disposto no termo de referência e no instrumento contratual ou documento que o substitua. Todo o processo será elaborado em consonância com prerrogativas do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, no âmbito do Programa El-Manutenção, e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

8.2. Os materiais definidos neste Termo deverão ser novos e sem utilização anterior, originais e de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam sua usabilidade, observando rigorosamente as características especificadas, devendo ser apresentados em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega.

8.3. Deverão ser fornecidos os materiais definidos conforme a especificação, respeitadas as especificações indicadas neste Termo, bem como a proposta pelo CONTRATADO vencedor.

8.5. Os prazos referentes à garantia dos produtos deverão obedecer ao período estipulado por normas correntes do mercado, sem a inclusão de prazo extra de garantia.

8.6. A contratada deverá levar em consideração as normas técnicas existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

8.7 Faz-se necessário, ainda, que os produtos obedeçam às diretrizes, classificações e especificações determinadas pela ANVISA e INMETRO, se existente.

8.8 Após a conclusão dos trâmites necessários para a contratação da empresa vencedora da licitação, o prazo para **entrega do objeto** será de até **30 (trinta) dias** contados a partir da emissão da respectiva ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/ ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES/ DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

9.1. A demanda constitui-se devido às prerrogativas do Programa Escola em Tempo Integral, criado pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. A referida lei tem como propósito fomentar a ampliação do número de matrículas em tempo integral nos sistemas públicos de ensino, com vistas a contemplar a meta 6 do Plano Nacional de Educação.

9.2. Foram realizadas visitas técnicas nas instituições participantes do Programa Escola em Tempo Integral.

9.3. A equipe gestora de cada unidade educacional foi consultada, a fim de identificar as demandas cotidianas, visando assegurar seu atendimento e a excelência no desenvolvimento das ações.

9.4. As quantidades e dimensões dos itens a serem adquiridos foram baseadas no levantamento técnico e Parecer Pedagógico nº 040/2025-DIRPED (7942703), elaborado pela Gerência de Educação Fundamental da

Infância e da Adolescência, em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.

9.5. A definição das quantidades foi estabelecida mediante o número de crianças e estudantes atendidos por instituição.

9.6. A partir dos dados apurados, foram definidas as quantidades dos itens a serem adquiridos, de forma a contemplar todas as crianças e estudantes de uma turma durante uma intervenção pedagógica.

9.7. Considera-se que o material será utilizado por meio de revezamento entre os professores, de modo a atender todas crianças e estudantes matriculados em cada instituição, contemplado a expectativa de que cada criança e estudante possa manusear um exemplar do título que estiver sendo tematizado.

9.8. Os itens demandados serão distribuídos de forma equitativa entre as 46 (quarenta e seis) unidades educacionais de atendimento em tempo integral, conforme item 6.10. deste Termo.

Item	Unid	Qtd.	Especificação do Objeto
1	Unid	1840	Livro literário Coisas de Índio
2	Unid	1840	Livro literário Kunumi Guarani
3	Unid	1840	Livro literário Kabá Darebu
4	Unid	1840	Livro literário Meu crespo é de rainha
5	Unid	1840	Livro literário O pequeno príncipe preto
6	Unid	1840	Livro literário Amor de Cabelo
7	Unid	1840	Livro literário Obax
8	Unid	1840	Livro literário O Saci verdadeiro
9	Unid	1840	Livro literário Infância na aldeia

9.9. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/21 c/c o art. 18, inciso II, da IN nº 004/2022 SEMAD, mediante recibo, o objeto deste Termo será recebido:

II - Em se tratando de compras:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais

9.10. O recebimento definitivo dar-se-á no prazo máximo de **10 dias úteis** após a entrega dos livros literários, condicionado à verificação da quantidade, qualidade e conformidade com o termo de referência, com emissão do respectivo termo de recebimento pela Administração.

9.10.1. O objeto poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, caso esteja em desacordo com o contrato ou com o documento que o substitua, bem como com as especificações estabelecidas no edital, aplicando-se às compras formalizadas por outros instrumentos.

9.10.2. Se, após o recebimento definitivo, constatar-se que os materiais foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à adjudicatária, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

9.10.3. Em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a contratada ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

9.11. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990), devendo a CONTRATADA, após a comunicação da CONTRATANTE por escrito, providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, as devidas correções/substituições.

9.12. No que se refere ao item anterior, a CONTRATADA se responsabilizará por buscar e entregar os materiais, no local de entrega do mesmo.

9.13. Os materiais terão garantia, conforme supracitado ou prazo estipulado pela fabricante, o que for maior contra defeitos de fabricação ou inconsistências.

9.14. Os representantes da parte contratante anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao objeto da execução do contrato ou do documento que o substitua, a ser recebido provisória ou definitivamente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, conforme art. 117, § 1º, c/c art. 119, da Lei 14.133/21.

- 9.15. As decisões que ultrapassem a competência do representante serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, nos termos do art. 117, § 2º, da Lei 14.133/21.
- 9.16. O objeto do contrato ou o documento que o substitua, poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contratado, cabendo à parte contratante decidir pela rejeição do objeto ou por oportunizar a correção dos vícios, defeitos ou incorreções do objeto.
- 9.17. Cabe à contratada prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo fiscal ou outro que haja em nome da contratante, atendendo prontamente às eventuais reclamações/notificações relacionadas com o objeto fornecido.
- 9.18. Todo o custo referente à prestação da garantia correrá por conta da empresa.
- 9.19. No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia/validade originalmente dados aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a substituição.
- 9.20. Os itens demandados (obras literárias) serão entregues na Gerência de Patrimônio e Almoxarifado (Gerpat) e deverá ocorrer de forma integral e imediata.
- 9.21. O endereço de entrega será: Gerência de Patrimônio e Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, Rua 72, nº 563, CEP: 74.045-020, Setor Central. Telefones |(62) 3524-2780 e (62) 3524-2781.
- 9.22. O horário de entrega será entre as 08:00 e 17:00 h.
- 9.23. As obras literárias serão encaminhadas às Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), considerando-se a quantidade de Escolas em Tempo Integral vinculadas às mesmas. Posteriormente, em até 30 dias, as CREs realizarão a distribuição às escolas, assegurando a quantidade de 40 (quarenta) exemplares de cada título, para cada Escola em Tempo Integral, conforme o quantitativo e cronograma de distribuição informado no item 6.10 deste Termo.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1.2. Nomear Gestor e Fiscal do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação;
- 10.1.3. Acompanhar, conferir e fiscalizar a entrega dos produtos;
- 10.1.4. Comunicar, à CONTRATADA, situações ou fatos que prejudiquem ou venham a prejudicar a entrega, determinando as providências que entender necessárias à sua solução, devendo a CONTRATADA, salvo motivo de força maior, atender de imediato o determinado de modo a não prejudicar as atividades da SME;
- 10.1.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 10.1.6. Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer material fora do nível de qualidade estabelecido pela CONTRATANTE.
- 10.1.7. Fiscalizar a quantidade e qualidade do produto, não aceitando itens com qualidade inferior à contratada;
- 10.1.8. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência;
- 10.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.10. Analisar, após a entrega do material, se este está em conformidade com o objeto descrito no Termo de Referência, para atesto e garantia do pagamento;
- 10.1.11. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.
- 10.1.13. Facilitar por todos os meios o cumprimento da execução do objeto contratual, dando à contratada o acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados, facilitando o cumprimento das obrigações preestabelecidas;
- 11.1.14. A contratante disponibilizará número de telefone e e-mail para comunicação entre as partes.
- 11.1.15. À Administração conforme Art. 48 da Lei nº 14.133/2021, é vedado interferir em aspectos internos da gestão do contratado, visando garantir sua autonomia e a independência da gestão interna, evitando práticas que possam comprometer a transparência e a eficiência da execução do objeto da contratação.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.2.1 Fornecer os itens que compõem o objeto do presente Termo de Referência com observância às referências de fabricação de acordo com as especificações citadas, dentre outras, sob pena de aplicação de PENALIDADES, pela não conformidade;

10.2.2 Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros;

10.2.3 Assumir inteira e total responsabilidade pela entrega dos bens fornecidos, respondendo por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

10.2.4 Comunicar à Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.5 Manter, durante a vigência de entrega, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação,

10.2.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência

10.2.7 A CONTRATADA deverá substituir, imediatamente e às suas expensas, no todo ou em parte, o material em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência quando verificados vícios, defeitos e/ou validade,

10.2.8 Substituir os itens que apresentarem vício oculto ou aparente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da comunicação;

10.2.9 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: embalagem, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados direta ou indiretamente na execução do objeto da Contratação, seguros, tributos, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e de ordem de classe, indenizações, montagem, desmontagem, manutenção e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho do objeto contratado, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos e decorrentes da entrega e da própria aquisição e/ou fabricação dos produtos;

10.2.10 Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos notificados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função do fornecimento;

10.2.11 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;

10.2.12 Manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-lo quando da execução do objeto da contratação;

10.2.13 Os livros fornecidos deverão atender às especificações do edital e estarão sujeitos à garantia legal mínima de 90 dias, prevista no Código de Defesa do Consumidor, contra vícios aparentes ou ocultos. Não será exigido prazo adicional de garantia além daquele estipulado pela legislação vigente.

10.2.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.15 Caso sejam constatados vícios, dentro do prazo de 90 dias, o fornecedor é obrigado a reparar, substituir ou devolver o valor pago, conforme o CDC.

10.2.16 Manter, durante todo o fornecimento do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no artigo 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021;

10.2.17 Evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional, a qualquer título. Os produtos definidos no Termo deverão ser novos e sem utilização anterior, originais e de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam sua usabilidade, observando rigorosamente as características especificadas, devendo ser apresentados em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

11. GARANTIA DOS BENS E SERVIÇOS

11.1. O Contratado garante que todos os bens são novos e nunca utilizados e, dentro da disponibilidade de mercado, nas edições mais recentes;

11.2. O Contratado garante ainda que as mercadorias são isentas de defeitos decorrentes de qualquer ato ou omissão ou decorrente de projeto, materiais ou mão de obra, que possam surgir sobre o uso normal dos bens fornecidos, nas condições existentes no país de destino final;

11.3. Salvo disposição em contrário prevista na legislação aplicável ou nos documentos que formalizam a contratação (nota de empenho, ordem de fornecimento), a garantia dos livros obedecerá ao prazo legal mínimo de **90 dias**, conforme o Código de Defesa do Consumidor, contado a partir da entrega e aceitação definitiva no destino final. Não será exigido prazo adicional de garantia além daquele estipulado pela legislação vigente.

11.4. O Contratante notificará prontamente ao Contratado, por escrito, quaisquer reclamações surgidas no período de garantia;

11.5. Ao receber tal notificação, o Contratado deverá substituir com presteza, no todo ou em parte, os bens defeituosos, sem ônus para o Contratante. Correrão por conta do Contratado as despesas de transporte dos bens, consertados ou substituídos, quando for o caso, no período estipulado pela Contratante.

11.6. No caso em que o Contratado, tendo sido notificado, deixar de reparar os defeitos dentro do período determinado pela Contratante, contados da notificação, o Contratante poderá tomar as providências que julgar necessárias para reparar os bens, sob risco e despesas exclusivos do Contratado, sem prejuízo de outros direitos do Contratante, nos termos do Contrato ou documento substitutivo.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a protocolização e aceitação das notas fiscais e/ ou faturas devidamente atestadas pelos fiscais do contrato, após a quitação de eventuais multas que tenham sido impostas a contratada.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.3. Caso a empresa vencedora não possua conta corrente na instituição financeira contratada pelo Município de Goiânia, os custos de transferência bancária serão arcados por esta, conforme tabela de serviços bancários;

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato ou documento substitutivo serão realizados pelo respectivo fiscal e gestor designados, conforme atribuições previstas no Decreto Municipal nº 963, de março de 2022 que serão formalmente designados para garantir a **perfeita execução do objeto da contratação**, fiscalizando, acompanhando e verificando todas as fases, desde o início até o fim, atuando em conjunto para assegurar o cumprimento das obrigações do contratado e os interesses da Administração Pública, com o Fiscal apoiando o Gestor na documentação e registro de ocorrências, enquanto o Gestor cuida dos encaminhamentos processuais.

14. DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA À LEI Nº 9645/2015

14.1. Para a aquisição de bens, os órgãos da Administração Direta, as entidades da Administração Indireta e as sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Goiânia perseguirão os critérios de sustentabilidade ambiental em observância à Lei nº 9645/2015.

15. CONSÓRCIO

15.1. É vedada a participação de empresas consorciadas devido a característica do objeto a ser licitado: A aquisição de livros literários geralmente envolve itens com características específicas, como direitos autorais, curadoria editorial, padronização de títulos e controle de qualidade. A atuação de consórcios pode dificultar esse controle, especialmente se houver divisão de responsabilidades entre empresas.

15.2. Baixo valor do contrato: A formação de consórcios pode ser considerada desnecessária, tendo em vista o valor da licitação ser relativamente baixo.

15.3. Risco de fragmentação na execução: Em consórcios, diferentes empresas podem ser responsáveis por partes distintas do fornecimento. Isso pode gerar inconsistências na entrega dos livros, como variações de edição, acabamento ou prazo.

15.4. Mercado suficientemente competitivo individualmente: Se o mercado já conta com empresas capazes de

atender à demanda de forma isolada, a administração entende que não há necessidade de permitir consórcios, evitando riscos de conclusão ou sobreposição de responsabilidades.

15.5. Garantia de responsabilidade clara: A vedação garante que uma única empresa seja plenamente responsável pela execução do contrato, facilitando a fiscalização e a responsabilização em caso de falhas.

16. GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Considerando que a presente contratação será formalizada por meio de **nota de empenho de despesa** e não envolve obrigações futuras, **fica dispensada a exigência de garantia contratual**.

16.2. Os livros fornecidos estarão sujeitos apenas à **garantia legal mínima de 90 dias**, prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), contra vícios aparentes ou ocultos, não sendo exigido prazo adicional de garantia além daquele estipulado pela legislação vigente.

17. ÍNDICE DE DATA BASE E REAJUSTE

17.1. Conforme o artigo 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, caberá o primeiro reajuste dos preços praticados após **12 (doze) meses**, contados da data do orçamento estimado realizado em 13/04/2026, a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro em razão da elevação dos custos de mão de obra ou insumos.

17.1.1. Não será admitido reajuste com periodicidade inferior a um ano, nos termos da Lei Federal nº 10.192/2001.

17.1.2. Para solicitar o reajuste, a CONTRATADA deverá protocolar pedido junto à Secretaria Municipal de Educação – SME, informando:

a) O índice apurado no período e sua fonte oficial;

b) Planilha com os preços reajustados.

O reajuste será autorizado por **ato administrativo** e registrado no processo de contratação.

17.1.3. Os preços unitários serão reajustados pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E** ou outro que vier a substituí-lo, nos termos da legislação federal vigente.

17.2. Para efeito de novo reajuste, será considerado o período de 12 (doze) meses a partir da data de início dos efeitos do último reajuste concedido.

17.3. Os reajustes subsequentes observarão a data do último pedido e estarão sujeitos à anualidade prevista nos artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001.

17.4. Em hipótese alguma será admitida retroatividade para fins de reajustamento.

17.5 O reajuste deverá observar as disposições do Decreto Municipal nº 5.201/2023.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. Com relação aos critérios de seleção do fornecedor, destaca-se que deverão ser seguidos a proporcionalidade relacionadas à complexidade do objeto, não impondo-se requisitos excessivamente restritivos, baseando-se no que preconiza a Lei nº 14.133/21.

18.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item;

18.3. Considerando que os padrões, os níveis de qualidade, as quantificações e as especificações do objeto a ser adquirido estão adequadamente definidas por meio de especificações usuais no mercado e de modo objetivo no presente Termo de Referência, entende-se que a aquisição que ora se pretende está enquadrada como comum, cabendo a modalidade Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento será o Menor Preço por item, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

18.4. Critério de julgamento das propostas: Menor Preço por item, observadas todas as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

18.5. As propostas deverão conter o item cotado, quantidade, os preços unitário e total, expressos em reais (prevalecerá em casos de divergência entre o preço total e o unitário, o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso); e, quando cabível: tipo de embalagem, peso, marca, modelo e número de série.

18.5.1. A quantidade mínima de unidades a ser cotada deverá ser igual ao quantitativo total respectivo estimado para a contratação.

18.6. No preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento do material, incluindo

impostos, taxas, embalagem, seguros, garantia, frete, descarga no local de entrega e outros necessários à perfeita execução contratual.

18.7. O fornecedor deve apresentar, para o item, junto com a proposta comercial catálogo ou prospecto, ou documento equivalente, com descrição dos livros ofertados (título, autor, editora, ISBN). Preço unitário e total. Prazo de entrega. Condições de pagamento. Validade da Proposta.

19. MODO DE DISPUTA

19.1. O modo de disputa adotado de acordo com o art.56 da Lei nº 14.133/2021 será **ABERTO-FECHADO** considerando que a licitação será na modalidade pregão, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por item;

19.1.1. Fase Inicial Aberta:

- Os licitantes participam de forma simultânea, apresentando lances em tempo real durante a sessão pública;
- Há possibilidade de competição direta, com os participantes podendo melhorar suas propostas conforme os lances vão sendo feitos;
- Transparência e dinamismo são características marcantes, já que todos acompanham os lances e podem reagir estrategicamente;
- A sessão pública é transparente, permitindo acompanhamento por qualquer interessado;

19.1.2. Fase Fechada:

- Os melhores colocados apresentam propostas sigilosas;
- Captura de preços melhores e mais vantajosos.

19.3. Vantagens do Modo de Disputa Aberto - Fechado:

- Maior competitividade inicial: estimula os licitantes a oferecerem lances mais agressivos, promovendo uma disputa dinâmica e transparente;
- Oportunidade de refinamento final: após a disputa aberta, os licitantes classificados dentro de uma margem pré-definida pode apresentar um lance final fechado sem saber o valor dos concorrentes, permitindo ajustes estratégicos sem pressão pública;
- Redução de conluios e acordos prévios: a etapa fechada dificulta a formação de acordos entre concorrentes, pois os lances finais são sigilosos até sua abertura;
- Maior chance de proposta vantajosa para a Administração: a combinação dos dois modos permite extrair o melhor dos dois mundos: a transparência e dinamismo do modo aberto com a precisão e estratégia do modo fechado;
- Julgamento final: a proposta mais vantajosa (menor preço) entre os lances fechados é escolhida como vencedora resultando em contratação mais vantajosa para a Administração.

20. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

20.1. Para fins de Habilitação fiscal, social e trabalhista, serão considerados os documentos dispostos no edital em consonância com o art. 68 da Lei 14.133/2021.

20.1.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

20.1.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, quando houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

20.1.3 Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal (Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

20.1.4 Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou documento equivalente previsto em lei.

20.1.5 Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).

20.1.6 Certificado de regularidade do FGTS, comprovando cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

20.1.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho.

20.1.8 - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe:

- trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos;
- qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

20.2. Para fins de habilitação jurídica serão exigidos os documentos necessários para verificação da capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações adotados como padrão no edital, de acordo com o art. 66 da Lei nº 14.133/2021

20.2.1. Pessoas jurídicas

- Registro comercial, no caso de empresa individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o tipo societário.
- Documentos de eleição ou designação dos administradores, quando não constarem do ato constitutivo.
- Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando se tratar de empresa ou entidade estrangeira em funcionamento no País.

20.2.2. Pessoas físicas

- Carteira de identidade ou documento oficial equivalente que comprove a capacidade civil.
- Registro profissional, quando a atividade exigir habilitação específica (ex.: engenheiros, arquitetos, advogados).

20.2.3. Sociedades empresárias ou cooperativas

- Ata de constituição e estatuto social, registrados no órgão competente.
- Comprovação da diretoria ou administração vigente, por meio de atas ou documentos equivalentes.

20.2.4. Entidades estrangeiras

- Decreto de autorização para funcionamento no Brasil.
- Registro ou autorização expedido pelo órgão competente, conforme legislação aplicável.

20.3. **Qualificação econômico-financeira:** certidão negativa de falência

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Na aplicação de penalidades/sanções serão observadas as disposições constantes no Decreto Municipal nº 966/2022, além das previstas na Lei.14.133/2021

22. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

22.1. A contratação de empresa para aquisição de livros literários desta Licitação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Lei 9645/2015 que instituiu o Programa de Licitação Sustentável no âmbito do Município de Goiânia, no que couber.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DADOS DO FORNECEDOR		
RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:		CNPJ:
ENDEREÇO:		
MUNICÍPIO:	UF:	CEP:
REPRESENTANTE LEGAL:		CPF:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
TELEFONE COMERCIAL: ()	E-MAIL:	
DADOS PARA PAGAMENTO		
		Nº CONTA

BANCO:	AGÊNCIA:	CORRENTE:

PROPOSTA DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	INDICAÇÃO DO NÚCLEO DO ITEM A <u>Licitante</u> deverá apresentar descrição sucinta do item ofertado, com principais características, <u>sob pena de não aceitação da proposta</u>	indicar	indicar		
2 ...					
VALOR TOTAL					

A proponente DECLARA, ainda, sob as penas da lei:

a) Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

b) Que estão inclusos, nos preços propostos, todos os custos operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto licitado.

c) Que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito da Prefeitura Municipal de Goiânia.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: xxxx(xxxxxxxxxxx) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

DATA: XX/XX/XXXX

Representante legal

OBSERVAÇÕES
<p>è Somente serão admitidas propostas com valores unitários e totais que estejam dentro dos limites máximos estimados no Termo de Referência.</p> <p>è Caso a licitante convocada para apresentação de proposta ajustada tenha sido a melhor classificada em mais de um item ou lote, poderá enviar proposta única, contendo todos os dados exigidos em edital para cada um dos itens/lotes que lhe sejam aplicáveis.</p> <p>è Este é apenas um modelo de documento, apresentado com a finalidade de demonstrar as informações mínimas que deverão constar na proposta comercial do fornecedor, sob pena de desclassificação. O fornecedor, portanto, poderá utilizar o formato que melhor lhe convier, desde que todas as informações solicitadas estejam claramente disponíveis.</p>



Documento assinado eletronicamente por **Adonídio Neto Vieira Junior**,
Secretário Municipal de Administração, em 15/06/2026, às 15:37,
conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ruty Maria dos Santos**,
Gerente de Pregões, em 15/06/2026, às 16:20, conforme art. 1º, III, "b",
da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
10462249 e o código CRC **7E393355**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.24.000013428-5

SEI Nº 10462249v1